

RELATOR(A) : DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
APELANTE : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR : FRANCISCO GUILHERME VOLLSTEDT BASTOS
APELADO : UNIAO FEDERAL
PROCURADOR : HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
LITISCONSORTE : MINISTERIO PUBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITORIOS
ATIVO
PROCURADOR : CRISTINA RASIA MONTENEGRO

DECISÃO

I

Cuida-se de apelação interposta contra sentença proferida pelo Juízo da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos autos do mandado de segurança impetrado pelo Ministério Público Federal, ora recorrente, e pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios contra ato da Srª Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em que se busca a suspensão da deliberação acerca do projeto de transposição do Rio São Francisco ou Integração de Bacia, em reunião designada para o dia 30 de novembro de 2004, ou a imediata suspensão dos seus efeitos, se já realizada. O juízo monocrático extinguiu o processo, sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC, por ilegitimidade ativa **ad causam** do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, sob o fundamento de que a tutela buscada não envolveria a defesa de direito líquido e certo dos impetrantes, mas sim, de direitos e prerrogativas do Comitê da Bacia do Rio São Francisco – CBHRSF. Acrescenta, ainda, que eventual defesa de direitos coletivos, difusos ou aqueles tidos por direitos ou interesses individuais homogêneos, tratados coletivamente, e não pela via mandamental, que não se prestaria para a defesa e/ou preservação do meio ambiente (fls. 704/708).

Em suas razões recursais, sustenta o Ministério Público Federal que a sentença recorrida teria se amparado em posicionamento já ultrapassado, em desarmonia com o novo perfil que lhe foi destinado, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, atribuindo-lhe a nobre tarefa da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo, para fins de regular desempenho desse papel constitucional, as funções institucionais de zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos

serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, e de exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com a sua finalidade. Acrescenta, ainda, que, para o regular exercício desse seu mister (Lei Complementar nº 75/93, art. 6º, incisos I, “h”, II, “d”, III, “d”, V, “b”, e VI , encontra-se legalmente autorizado a impetrar mandado de segurança (Lei Complementar nº 75/93, art. 6º, inciso I), podendo, ainda, “promover outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, especialmente quanto ao meio ambiente” (Lei Complementar nº 75/93, inciso XIV, “g”). Amparando-se, pois, em precedentes jurisprudenciais no sentido da sua pretensão, sustenta a sua legitimidade ativa **ad causam**, postulando, no mérito, pela concessão da segurança buscada, em face da manifesta ilegitimidade do ato impugnado, em virtude da não observância, na espécie, do devido processo legal, na medida em que a deliberação acerca do projeto de transposição do Rio São Francisco ou Integração da Bacia, e da qual resultou a edição da Resolução CNRH nº 47/2005, do Conselho Nacional dos Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, antes da apreciação, por parte do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, quanto ao conflito de águas, objeto do Processo Administrativo nº 01/2004, ali instaurado, bem assim, da verificação da compatibilidade deste resultado com o Plano de Recursos Hídricos daquela Bacia Hidrográfica, teria violado as disposições da Lei nº 9.433/97, que, em seu art. 38, estabelece que é da competência do referido Comitê a resolução de conflitos dessa natureza. Em sendo assim, encontrando-se o conflito em referência ainda na pendência de deliberação do mencionado Comitê, não poderia a autoridade impetrada deliberar quanto ao aproveitamento hídrico do Projeto de Transposição do Rio São Francisco ou quanto à integração deste com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, caracterizando-se, assim, a nulidade da Resolução nº 47/2005-CNRH. Requer, pois, o provimento do recurso de apelação, reformando-se a sentença monocrática, com a conseqüente concessão da segurança buscada (fls. 713/730).

Com as contra-razões de fls. 732/737, subiram os autos a este egrégio Tribunal, manifestando-se a douta Procuradoria Regional da República, preliminarmente, pela reforma da sentença monocrática, no tocante à ilegitimidade

ativa ***ad causam*** dos impetrantes, reconhecida no aludido julgado, e, no mérito, pela concessão da segurança postulada na inicial.

Por intermédio da petição de fls. 772/779, postulou o Ministério Público Federal a concessão de antecipação da tutela recursal, a fim de que seja deferida, incidentalmente, medida cautelar inibitória, no sentido de sobrestar-se a eficácia da Resolução-CNRH nº 47/2005, bem assim, dos demais atos administrativos que lhe sucederam e dela são derivados, notadamente a outorga e o Certificado de Sustentabilidade Hídrica da Obra, suspendendo-se, ainda, as obras do Projeto de Transposição do Rio São Francisco, até que se restaure a legalidade de todo o procedimento que antecede a sua aprovação, perante o Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Sustenta o recorrente, resumidamente, que, embora ainda pendente de apreciação a legitimidade do referido procedimento administrativo, em face da sua flagrante ilegalidade, foram praticados atos de efeitos concretos, com reflexos negativos tanto no meio social como no meio ambiente, que já vem suportando danos irreversíveis, decorrentes do início de obras relativas ao aludido Projeto, gerando, inclusive, conflitos sociais, seja pela escavação de terras indígenas seja pela relocação de famílias.

II

Registro, inicialmente, que, a despeito do que restou decidido, pelo colendo Supremo Tribunal, nos autos da Reclamação nº 3.074-1 e das Ações Cíveis Originárias nºs 876, 820, 857, 858, 869, 870, 871, 872, 873 e 886, todas abordando questões relativas ao projeto de transposição do Rio São Francisco, na espécie destes autos, **não se aplica o disposto no art. 102, I, alínea f, da Constituição Federal, a deslocar a competência para o Supremo Tribunal Federal processar e julgar o presente *mandamus*, tendo em vista que, na relação processual aqui instaurada, não figuram Entidades da Federação em litígio, que pudessem caracterizar potencial conflito federativo, na dimensão constitucional de causa ou conflito entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive, as entidades da administração indireta.**

III

De outra banda, esclareça-se, de logo, que a Justiça Federal é a competente para processar e julgar o presente mandado de segurança, como restou, assim, bem caracterizada essa competência funcional, nas letras da petição inicial, no ponto, redigida, nos seguintes termos:

“O Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH – foi criado por força da Lei nº 9.433/1997 e regulamentado por meio do Decreto nº 2.612, de 3/6/1998.

O CNRH é órgão colegiado, consultivo e deliberativo, integrante da estrutura regimental do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, sendo gerido por um Presidente e um Secretário Executivo, conforme disciplina o artigo 36, incisos I e II, da Lei 9433/1997.

Em se tratando de órgão colegiado, não dotado de personalidade jurídica própria, nos termos da Súmula nº 177 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, aquela Corte de Justiça “é incompetente para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra ato de órgão colegiado presidido por Ministro de Estado”.

Portanto, a competência para processar e julgar o presente feito é da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos termos do art. 109, inciso VIII, da Constituição Federal/1988” (fls. 05).

IV

No que tange à **legitimação ativa do Ministério Público, para ajuizar mandado de segurança coletivo, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos direitos e interesses das populações indígenas, bem assim, de outros interesses difusos e coletivos**, tal legitimação resulta da interpretação sistêmica e finalística dos comandos normativos dos artigos 127, **caput**, 129, incisos III e V, e 225, **caput**, da Carta Política Federal.

Neste sentido, manifestou-se, nestes autos, a douta Procuradoria Regional da República, com inegável acerto, nestes dizeres:

“Inafastável, portanto, a legitimidade ativa do Ministério Público para impetração de mandado de segurança que tem por objeto afastar ilegalidade ou abuso de poder na prática de atos ou omissões que venham a selar os interesses e direito sob a sua tutela.

Ademais, revela notar que, contrariamente ao asseverado pela E. Juíza Federal na sentença ora recorrida, o Ministério Público Federal e o

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios não atuam na defesa de direitos e prerrogativas do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, nada obstante terem sido efetivamente infringidos.

O que ora se busca, em boa vontade, com o manejo do presente mandado de segurança é a restauração da ordem jurídica, dos princípios constitucionais violados e a preservação de bens e valores ambientais, cuja natureza transcende a individualidade.

Destarte, não há como se negar ao Ministério Público, por conta de sua própria função institucional, que, entre outras, é a defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais indisponíveis, a atuação na busca da tutela jurisdicional desses bens.

Assim, como visto acima, possui o Ministério Público legitimidade para, em nome próprio na defesa de interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis, impetrar mandado de segurança.

Os tribunais pátrios vêm se posicionando pela legitimidade do Parquet para impetrar mandado de segurança, como se observa no seguinte julgado:

PROCESSO CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. (...). AUSÊNCIA DE PRONUNCIAMENTO DEFINITIVO QUANTO AO MÉRITO.

1. A Carta de 1988, ao evidenciar a importância da cidadania no controle dos atos da administração, com a eleição dos valores imateriais do art. 37, da CF como tuteláveis judicialmente, coadjuvados por uma série de instrumentos processuais de defesa dos interesses transindividuais, criou um microsistema de tutela de interesses difusos referentes à probidade da administração pública, nele encartando-se a Ação Popular, a Ação Civil Pública e o Mandado de Segurança Coletivo, como instrumentos concorrentes na defesa desses direitos eclipsados por cláusulas pétreas.

2. A nova ordem constitucional erigiu um autêntico 'concurso de ações' entre os instrumentos de tutela dos interesses transindividuais e, a fortiori, legitimou o Ministério Público para o manejo dos mesmos.

3. O novel art. 129, III, da Constituição Federal habilitou o Ministério Público à promoção de qualquer espécie de ação na defesa do patrimônio público social não se limitando à ação de reparação de danos.

4. Hodiernamente, após a constatação da importância e dos inconvenientes da legitimação isolada do cidadão, não há mais lugar para o veto da legitimatio ad causam do MP para a Ação Popular, a Ação Civil Pública ou o Mandado de Segurança coletivo.

5. Em consequência, legitima-se o Parquet a toda e qualquer demanda que vise à defesa do patrimônio público (neste inserido o histórico, cultural, urbanístico, ambiental, etc), sob o ângulo material (perdas e danos) ou imaterial (lesão à moralidade).

6. Deveras, o Ministério Público está legitimado a defender os interesses transindividuais, quais sejam os difusos, os coletivos e os individuais homogêneos.

7. Precedentes do STJ: AARESP 229226 / RS, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJ de 07/06/2004; RESP 183569/AL, deste relator, Primeira Turma, DJ de 22/09/2003; RESP 404239 / PR ; Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, Quarta Turma, DJ de 19/12/2002; ERESP 141491 / SC ; Rel Min. Waldemar Zveiter, Corte Especial, DJ de 01/08/2000.

... omissis ...

14. Recurso especial improvido¹.

Destarte, neste ponto a apelação comporta provimento para reconhecer a legitimidade do Ministério Público para impetração de mandado de segurança com vistas à defesa do meio-ambiente” (fls. 751vº e 752).

V

Afigura-se, pois, absolutamente nula, na minha ótica, a sentença monocrática, que, após a instrução deste feito mandamental, declarou extinto o processo, sem resolução do mérito, por ilegitimidade ativa do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, sob o frágil argumento, **data vênia**, de que não integram o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, para insurgirem-se contra ato de deliberação da Srª Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Afastada, aqui, essa questão preliminar, e versando a causa matéria exclusivamente de direito, com o processo em condições de julgamento, a enquadrar-se na hipótese do art. 515, § 3º, do CPC, merece ser apreciado, de logo, o pedido de antecipação de tutela recursal, ora, formulado pelo douto Ministério Público Federal, nos presentes autos (fls. 772/779).

VI

Como visto, a pretensão mandamental, aqui, postulada, é no sentido de que a autoridade impetrada se abstenha de submeter à deliberação do Órgão Colegiado, qual seja, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, a deliberação acerca do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias do Nordeste Setentrional, até que se resolva, perante o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São

¹ STJ. REsp 586307/MT, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 14.09.2004, DJ 30.09.2004 p. 223

Francisco, o conflito de uso referente ao aporte hídrico pleiteado para o referido projeto, até o momento pendente de apreciação perante aquele Comitê, sob pena de se macular todos os demais atos administrativos subseqüentes.

Neste visor, manifestou-se a douta Procuradoria Regional da República,

in verbis:

“(...)

Neste particular, o apelo também comporta provimento, pois, como asseverado na inicial, o órgão competente para arbitrar os conflitos em primeira instância, de acordo com o art. 38 da Lei nº 9.433/97, é o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF. Diz o dispositivo:

“Art 38. Compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica, no âmbito de sua área de atuação:

(...)

II – arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos; (...)”

Como relatado na inicial, o projeto atual de transferência de águas do São Francisco para outras áreas semi-áridas do Nordeste, defendido pelo Governo Federal, não está em consonância com o Plano Decenal da Bacia do São Francisco, aprovado na Plenária do CBHSF em julho de 2004, e definido na Lei das Águas (Lei nº 9433/97), os quais limitam “a vazão alocável para usos consultivos e deixa claro que a transposição trará prejuízos e sérias restrições ao desenvolvimento futuro da bacia, com a real perspectiva de esgotamento da disponibilidade hídrica”.

Como noticiado na exordial, tal conflito sobre o uso das águas da Bacia do Rio São Francisco é objeto do Procedimento Administrativo 001/2004, que tramita no CBHSF – Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Considerando esta situação e o comando do art. 38 da Lei 9.433/97, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos não pode apreciar a matéria principal relativa à transposição das águas do Rio São Francisco antes de decidido o caso administrativo pelo CBHSF, instância inferior, sob pena de ofensa ao princípio constitucional do devido processo legal.

De fato, a convocação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos por parte da Ministra do Meio Ambiente para deliberar sobre o processo de transposição que resultou na edição da supracitada resolução, de fato violou o princípio do devido processo legal, tendo em vista existir matéria pendente de decisão por parte do CBHSF a impedir o CNRH de apreciar o Projeto de Transposição do Rio São Francisco.

De acordo com o art. 38 da Lei 9.433/97, competente aos Comitês de Bacias Hidrográficas apreciar, em primeira instância, os conflitos relacionados aos recursos hídricos, o que faz destes órgãos colegiados “(...) verdadeiros fóruns de decisão no âmbito de cada bacia hidrográfica, adquirindo independência para deliberar sobre assuntos de interesse da sua área de abrangência”.

Já o Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, de acordo com o art. 35, incisos II e IV, do mesmo diploma legal, tem competência para “arbitrar, em última instância administrativa, os conflitos existentes entre Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos”, bem como “deliberar sobre as questões que lhe tenham sido encaminhadas pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos ou pelos Comitês de Bacia Hidrográfica”, atuando como instância recursal das questões afetas ao regime jurídico das águas.

No caso dos presentes autos, antes do Conselho Nacional de Recursos Hídricos apreciar a matéria relativa à Transposição das Águas do Rio São Francisco, editando ato formal, fazia-se necessário aguardar a conclusão do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, referente ao PA 001/2004, que tem por objeto a resolução de conflito consistente em não destinar 25m³/s do potencial da bacia do Rio São Francisco, de um total de 360m³/s, para uso fora da Bacia do Rio São Francisco, previstos no projeto de integração das bacias.

Assim sendo, a aprovação da Resolução CNRH nº 47/2005 é ato ilegal na medida em que – em total inobservância das orientações legais da Política Nacional de Recursos Hídricos prevista na Lei 9.433/97 – aprova matéria envolvendo interesse da coletividade, sem ter exaurido questões pendentes nos fóruns próprios, como determina a Política Nacional de Recursos Hídricos prevista na Lei 9.433/97, violando, assim, o “direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”, assegurado no art. 225 da CF/88” (fls. 752/753).

Ao formular o pedido de antecipação da tutela recursal, nestes autos, o douto Ministério Público Federal manifestou-se com os seguintes fundamentos:

“A prova inequívoca da alegação encontra-se comprovada nos autos, a partir dos documentos acostados, bem como da ampla legislação violada. Ademais, trata-se de questão de direito que de forma cristalina por ser constatada na apreciação dos autos, dispensando quaisquer outros esclarecimentos.

No que pertine ao receio de dano irreparável, cumpre ressaltar que, a Resolução ilegal – e nula – constituiu-se ato formador de vários outros atos administrativos também ilegais, que além de desrespeitarem todo o princípio da precaução ambiental, foram avançando – e continuam avançando – no sentido de promover danos concretos e irreversíveis ao meio ambiente e representarem uma ruptura perigosa com toda a Política Nacional de Recursos Hídricos, consubstanciada num sistema descentralizado e participativo, onde vários agentes devem interferir na formação da vontade decisória. Tanto pior, o referido ato nulo está permitindo a realização das obras do Projeto de Transposição, pois sem a aprovação do Projeto pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos não poderia ser realizada a obra.

O dano é irreparável na medida em que o Batalhão de Engenharia do Exército Brasileiro está realizando obras do projeto

no eixo leste no eixo norte, sendo este fato público e notório. Já ocorreu supressão de vegetação, início de escavações em terras indígenas e relocação de primeiras famílias atingidas pela obra, conforme atestam as notícias em anexo. Danos irreparáveis ao erário também devem ser considerados para concessão da medida acautelatória.

Tratando-se de matéria ambiental, não se pode pensar, apenas, em ressarcimento de dano já ocorrido, pois esses interesses, entre outras características, tem a de que, as mais das vezes, precisam ser protegidos antes de consumada a lesão. Isso fica muito nítido no que tange ao meio ambiente. (...) destruída a rocha que embelezava a paisagem, o dano é irreparável e não há como pretender substituir aquilo que deixou de existir por uma compensação pecuniária, consoante exemplifica José Carlos Barbosa Moreira (MOREIRA, p. 186)” – fls. 777vº e 778.

A seguir, formula, objetiva e especificamente, seu pedido cautelar, nestas letras:

*“Destarte, uma vez preenchidos os pressupostos legais, **REQUER** o Ministério Público Federal, **em antecipação de tutela**, arts. 273 e 515, parágrafo 3º, do CPC, a Vossa Excelência que determine:*

a) a suspensão dos efeitos da Resolução CNRH 47, de 17 de janeiro de 2005, até julgamento do mérito, alcançando todos os atos sucessivos e derivados da mesma, em especial da outorga e do Certificado de Sustentabilidade Hídrica da Obra;

b) a suspensão imediata das obras do Projeto de Transposição, até que se restaure a legalidade de todo o procedimento para a aprovação pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias do Nordeste Setentrional.

c) que seja intimada a autoridade coatora da decisão, bem como a União para cumprimento imediato desta em todos os seus termos” (fls. 779).

VII

Posta a questão nestes termos e em face dos efeitos concretos derivados da edição da Resolução CNRH nº 47, de 17/01/2005, com notórios reflexos negativos na esfera social-ambiental em referência, impõe-se, na espécie, a concessão da antecipação da tutela, aqui, pretendida, com base no que dispõe o art. 273, § 7º, c/c o art. 461, § 3º, do CPC, que se afina com a tutela normativo-constitucional, que impõe ao Poder Público e a toda coletividade o dever de defender e preservar, para as presentes e futuras gerações, o meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial à sadia qualidade de vida, como direito difuso e fundamental,

feito bem de uso comum do povo (CF, art. 225, **caput**), a instrumentalizar, em seus comandos superiores, o **princípio da precaução** (quando houver dúvida sobre o potencial deletério de uma determinada ação sobre o ambiente, toma-se a decisão mais conservadora, evitando-se a ação) e a conseqüente **prevenção** (pois uma vez que se possa prever que uma certa atividade possa ser danosa, ela deve ser evitada), exigindo-se, assim, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade (CF, art. 225, § 1º, IV).

Há de ver-se, ainda, que, em homenagem à tutela ambiental acima referida, ações agressoras do meio ambiente, como a noticiada nos presentes autos, sem observância do devido processo legal (CF, art. 5º, LIV), devem ser rechaçadas e inibidas, com vistas na preservação ambiental, em referência. De ver-se, também, que a noticiada execução de obras, que já se operou, e o conseqüente dano ambiental, que já se materializou, não afastam as medidas de cautela, necessárias, a fim de evitar-se o agravamento desse dano ambiental, sem descuidar-se das medidas de total remoção do ilícito ambiental, na espécie, bem assim, da tutela de prevenção, para inibir outras práticas agressoras do meio ambiente, nas áreas afetadas, **sem a rigorosa observância do devido processo legal**.

Na ótica vigilante da Suprema Corte, “a incolumidade do meio ambiente não pode ser comprometida por interesses empresariais nem ficar dependente de motivações de índole meramente econômica, ainda mais se se tiver presente que a atividade econômica, considerada a disciplina constitucional que a rege, está subordinada, dentre outros princípios gerais, àquele que privilegia a “**defesa do meio ambiente**” (CF, art. 170, VI), que traduz conceito amplo e abrangente das noções de meio ambiente natural, de meio ambiente cultural, de meio ambiente artificial (espaço urbano) e de meio ambiente laboral (...) O **princípio do desenvolvimento sustentável**, além de impregnado de caráter eminentemente constitucional, encontra suporte legitimador em compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro e representa fator de obtenção do justo equilíbrio entre as exigências da economia e as da ecologia, subordinada, no entanto, a invocação desse postulado, quando ocorrente situação de conflito entre valores constitucionais relevantes, a uma condição inafastável, cuja observância não comprometa nem esvazie o conteúdo essencial de um dos mais significativos direitos fundamentais: **o direito à**

preservação do meio ambiente, que traduz bem de uso comum da generalidade das pessoas, a ser resguardado em favor das presentes e futuras gerações” (ADI-MC nº 3540/DF – Rel. Min. Celso de Mello – DJU de 03/02/2006). Nesta visão de uma sociedade sustentável e global, baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura de paz, com responsabilidades pela grande comunidade da vida, numa perspectiva intergeracional, promulgou-se a **Carta Ambiental da França** (02.03.2005), estabelecendo que “o futuro e a própria existência da humanidade são indissociáveis de seu meio natural e, por isso, **o meio ambiente é considerado um patrimônio comum dos seres humanos**, devendo sua preservação ser buscada, sob o mesmo título que os demais interesses fundamentais da nação, pois a diversidade biológica, o desenvolvimento da pessoa humana e o progresso das sociedades estão sendo afetados por certas modalidades de produção e consumo e pela exploração excessiva dos recursos naturais, **a se exigir das autoridades públicas a aplicação do princípio da precaução nos limites de suas atribuições, em busca de um desenvolvimento durável.**

VIII

Com estas considerações, **defiro o pedido de antecipação da tutela recursal**, formulado pelo douto Ministério Público Federal (fls. 772/779), para **determinar a suspensão dos efeitos da Resolução CNRH 47/2005, bem assim, dos demais atos administrativos que lhe sucederam e dela são derivados, notadamente a outorga e o Certificado de Sustentabilidade Hídrica da Obra, suspendendo-se, ainda, as obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias do Nordeste Setentrional, até que se restaure a legalidade de todo o procedimento que antecede a sua aprovação, perante o Conselho Nacional de Recursos Hídricos.**

Intimem-se, com urgência, via FAX, a autoridade impetrada e a União Federal, para fins de ciência e imediato cumprimento desta decisão.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF., em 10 de dezembro de 2007.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE – Relator